

CAMINHOS PARA AMORTIZAR DÍVIDA PÚBLICA

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

No âmbito da celeuma sobre o tamanho da dívida pública, cuja expansão decorreu nas últimas décadas basicamente das elevadas taxas de juros, resolvi dar uma analisada no Balanço da União, para ver se encontrava bons ativos que, se vendidos, pudessem amortizar dívida e contribuir para reduzir os juros.

A rubrica Créditos a Longo Prazo, constante do Ativo Não Circulante, é fértil em ativos vendáveis da União. São R\$ 6,3 trilhões, divididos em Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado. São participações acionárias, créditos tributários, dívida ativa, empréstimos feitos a Estados e Municípios, a estudantes e ao setor produtivo, fazendas, parques, aeroportos, rodovias, ferrovias, prédios, quartéis etc.

Os valores são superlativos, cerca de 60% da dívida pública bruta. É claro há muitos ativos não vendáveis, mas a União poderia fazer caixa com a alienação de créditos tributários e dívida ativa (cerca de R\$ 1,0 trilhão) e utilizar os valores no pagamento de despesas previdenciárias e em investimentos em infraestrutura, na forma da LC 208/24 (securitização). Os valores que seriam gastos com a previdência, sem a securitização, poderiam ser utilizados na amortização de dívida.

Os créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos concedidos a Estados e Municípios, sob amparo de leis e emendas constitucionais aprovadas pelo Congresso Nacional desde 1993, também na casa R\$ 1,0 trilhão, poderiam ser vendidos ao mercado.

Ao longo de 4 décadas, a União assumiu, pagou e refinanciou dívidas interna e externa de Estados e Municípios e suas empresas públicas. Para tal, emitiu dívida para honrar os compromissos. Nada mais justo do que vender esses créditos e utilizar os recursos para amortizar dívida.

Há muita coisa a fazer com bons créditos da União, utilizando operações de mercado. Basta que a burocracia saia da caixinha.